

**Inglês como Língua Franca Não é Zona Neutra, é Zona
Transcultural de Poder: Por Uma Descolonização de
Concepções, Práticas e Atitudes**

**English as a lingua franca is not neutral, it is a transcultural zone of
power: for a decolonization of conceptions, practices and attitudes**

Sávio Siqueira*¹

* Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador - BA, 40170-115,
e-mail: savio_siqueira@hotmail.com.

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir a condição do inglês como língua franca (ILF) na contemporaneidade, demonstrando que o seu avanço pelo mundo é um fenômeno *sui generis*, de caráter transcultural e que transcende a concepção tradicional de língua franca (OSTLER, 2010; MAURANEN, 2018). Em diálogo com os estudos de descolonialidade (QUIJANO, 2007; MIGNOLO, 2010), translinguismo (CANAGARAJAH, 2013; GARCÍA; WEI, 2014) e a partir das implicações político-pedagógicas das pesquisas em ILF (SEIDLHOFER, 2011; COGO, 2015), defende-se aqui um processo de descolonização de crenças, atitudes, premissas e métodos nos mais diversos níveis, visando, entre outros aspectos, à des(re)construção de discursos e práticas daqueles envolvidos diretamente com o ensino do idioma.

PALAVRAS-CHAVE: Inglês como língua franca (ILF); descolonização; transculturalidade; Ensino de Língua Inglesa (ELI).

ABSTRACT: The goal of the article is to discuss the condition of English as a Lingua Franca (ELF) in these contemporary times, arguing that its global spread is a *sui generis* phenomenon, of a transcultural nature, and that it transcends the early definition of the term lingua franca (OSTLER, 2010; MAURANEN, 2018). Dialoguing with decoloniality studies (QUIJANO, 2007; MIGNOLO, 2010), translingualism (CANAGARAJAH, 2013; GARCÍA; WEI, 2014), and taking into consideration the political and pedagogical implications of ELF research (SEIDLHOFER, 2011; COGO, 2015), the paper defends the decolonization of beliefs, attitudes, premises and methods at different levels, envisioning, among other aspects, the de(re)construction of discourses and practices of those directly involved with the teaching of the language.

KEYWORDS: English as a lingua franca (ELF); decolonization; transculturality; English Language Teaching (ELT).

¹ Professor Associado I do Departamento de Letras Germânicas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Vivemos dominados por uma percepção redutora e utilitária que converte os idiomas num assunto técnico da competência dos linguistas. Contudo, as línguas que sabemos – e mesmo as que não sabemos que sabíamos – são múltiplas e nem sempre capturadas pela lógica racionalista que domina o nosso consciente. Existe algo que escapa à norma e aos códigos (COUTO, 2011, p. 14).

INTRODUÇÃO

Soa como obviedade discutir neutralidade quando falamos de língua. Como se sabe, nenhuma língua é neutra e, por conseguinte, não existe nada neutro na língua. Contudo, não é incomum, mesmo nos dias de hoje, ainda se repetir o velho e, na minha ótica, já superado, discurso, de que uma língua que é usada na função de *língua franca* é uma língua neutra (ou supostamente neutralizada), com funções limitadas, altamente simplificada e desprovida de cultura. Na verdade, já há algum tempo, a noção de língua franca vem se transformando significativamente, deixando de ser vista, por exemplo, como “uma variedade de contato ou de aprendizagem limitada para ser concebida como uma forma fluida e dinâmica de criatividade linguística cujo significado é negociado na interação social da vida real, ao invés de algo pré-concebido e estável” (WEI, 2016, p. 2)².

Ao longo da história da humanidade, sempre houve muitas línguas francas nos mais variados quadrantes do planeta, sendo tal condição motivada principalmente por razões comerciais, diplomáticas, administrativas ou de intercâmbio entre profissionais das mais diversas áreas. Pelo fato de uma língua franca operar em espaços interacionais que poderíamos considerar não-territoriais (cf. CHRISTIANSEN, 2015), é comum uma alusão à ideia de que contextos de língua franca são basicamente uma “zona franca” comunicacional, onde são travadas interações “livres de impostos”, neutras e desculturadas, levadas a cabo por uma espécie de língua ‘descafeinada’ cujos falantes a usam de forma utilitária como ponte para suplantar barreiras linguísticas.

Por definição, uma língua franca é um idioma usado por falantes de línguas maternas diferentes e seu reconhecimento surge pelos idos do século XVII, quando o termo

² (...) *the notion of lingua franca has changed from being a simplified and substandard learner or contact variety of language to a fluid and dynamic form of linguistic creativity whose meaning is negotiated in real-life social interaction as opposed to being given and stable.* (Todas as traduções são de minha responsabilidade)

foi empregado para se referir a “uma língua [mista] ou um jargão misturado usado no Levante³, consistindo largamente de vocábulos italianos desprovidos de inflexões”⁴ (SIMPSON; WEINER, 1989, p. 991 apud FRIEDRICH; MATSUDA, 2010, p. 21). Como argumenta Ostler (2010, p. xv), “uma língua franca, por natureza, é uma língua de conveniência”, e no momento em que ela perde tal condição, não importando a dimensão de seu alcance, será abandonada sem qualquer cerimônia ou traço de emoção. Nesse pormenor, segundo o autor, “apenas aqueles que possuem uma relação mais íntima [com a língua], seus falantes nativos, podem experimentar uma sensação de perda”⁵ (OSTLER, 2010, p. xv). No caso específico da língua inglesa, entretanto, hoje vista por vários estudiosos como uma língua desnacionalizada e desterritorializada (WIDDOWSON, 1994; RAJAGOPALAN, 2004, 2012, entre outros), onde a figura do falante nativo torna-se cada vez mais irrelevante, não haverá espaço para as lamentações de que fala Ostler (2010), uma vez que, descentralizada e reinventada, ela vem se livrando das amarras de um suposto “dono” e, de forma salutar, se inserindo no repertório linguístico de usuários dos mais variados *backgrounds* culturais.

Referindo-se ao inglês padrão (*standard English*), por exemplo, Widdowson (1994), antes da virada do milênio, nos lembrava que os ferrenhos defensores da variedade mais poderosa e opressora de qualquer língua expressavam o receio de que se a diversidade ali se intensificasse, as coisas iriam se desintegrar e o inglês poderia se desmembrar em variedades ininteligíveis entre si. Pois, como ele mesmo concluía, as coisas, de certa forma, há bastante tempo, já haviam se desintegrado, assumindo o inglês, portanto, na sua viagem mundo afora, características e facetas descritas e interpretadas das mais diferentes maneiras. Atento a tal questão, Rajagopalan (2004, p. 111), ao rotular o fenômeno de Inglês Mundial (*World English*), decreta, então, que o inglês língua franca que hoje conhecemos e usamos “pertence a todo aquele que o fala, mas não é língua materna de ninguém”⁶.

É a partir desses cada vez mais intensos e controversos debates que a condição atual da língua inglesa, nas suas mais variadas implicações, vem despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas. Campos de estudos se oxigenam, outros se consolidam,

³ Região oriental do mar Mediterrâneo, compreendendo o norte da península arábica e o sul da Turquia.

⁴ (...) *a mixed language or jargon used in the Levant, consisting largely of Italian words deprived of their inflexions.*

⁵ *Only those who have a more intimate relation to it, its native speakers, may feel a sense of loss.*

⁶ *World English (WE) belongs to everybody who speaks it, but it is nobody's mother tongue.*

diálogos interdisciplinares se intensificam e a expansão global da língua inglesa vai se transformando em uma arena cada vez mais atraente para aqueles que desejam problematizar as consequências de sua ubiquidade. Não obstante os achados de pesquisa, dos mais abstratos aos mais práticos, é clara a ideia de que este é um espaço onde ainda há muito o que se desbravar, em especial no tocante à produção do conhecimento e ao processo de ensino e aprendizagem da língua que, historicamente, ainda estão calcados em uma epistemologia majoritariamente orientada pela manutenção de um pensamento hegemônico, mas que, mesmo a contragosto, vai abrindo espaço para outras teorizações e rupturas provocadas principalmente pela amplitude e criticidade com que as temáticas vêm sendo tratadas e repensadas.

Neste artigo, portanto, procuro tocar em algumas dessas questões, argumentando que o avanço do inglês pelo mundo é um fenômeno *sui generis*, de caráter transcultural e que, por conta disso, transcende a concepção tradicional de língua franca, flagrantemente anacrônica para um mundo que se enxerga cada vez mais multilíngue e que reclama a simetria de poder tão própria de contextos interculturalmente sensíveis. Além disso, em diálogo com os estudos de descolonialidade, translinguismo⁷, e tendo em mente as implicações político-pedagógicas das pesquisas sobre o Inglês como Língua Franca (ILF), defendo a descolonização de crenças, atitudes, premissas e métodos nos mais diversos níveis, visando, entre outros aspectos, à des(re)construção de discursos e práticas daqueles envolvidos diretamente com o ensino do inglês nesses tempos cada vez mais instáveis e desprovidos de certezas.

UMA LÍNGUA FRANCA TRANSCULTURAL

Como nos lembra o escritor moçambicano Mia Couto na epígrafe escolhida para este texto, “as línguas são múltiplas e nem sempre capturadas pela lógica racionalista que domina o nosso consciente” (op. cit., p. 14). Ou seja, as línguas se transformam o tempo inteiro e, nas suas trajetórias por entre comunidades locais, internacionais e/ou globais, estão sempre nos lembrando de sua condição eminentemente estradeira, camaleônica,

⁷ Na literatura específica, autores brasileiros têm usado os termos “descolonialidade” e “práticas translingues” para o que eu optei como “descolonialidade” e “translinguismo”.

permeável. Segundo Antoine Destutt de Tracy, o aristocrata e filósofo iluminista francês que cunhou o termo “ideologia”, em um dos seus *Eléments d’Idéologie* 6 (1818, p. 569 apud ECO, 2002, p. 398), “mesmo que todos os homens da terra ficassem de acordo hoje em falar a mesma língua, bem cedo, pela própria influência do uso, ela se alteraria e modificaria de mil maneiras diferentes nos mais diversos países”. Uma simples constatação para ilustrar que uma língua, ao se submeter a intensas práticas translíngues (CANAGARAJAH, 2013), como o caso do inglês na atualidade, jamais ficará incólume às influências de seus falantes, em especial, não oferecerá resistência às marcas identitárias que estes nela imprimem através das outras línguas que comprazem os repertórios linguísticos que ostentam. Para Canagarajah (2013, p. 6), “as influências de uma língua sobre outra podem ser criativas, facilitadoras e oferecer possibilidades de voz”⁸.

De acordo com Bagno (2001, p. 78), neste planeta em que habitamos, “cada época tem sua língua franca”. O mundo contemporâneo, essa coleção de aldeias globais cada vez mais integradas pelas tecnologias de comunicação e informação (BLOOMAERT, 2010), por razões já bastante conhecidas e exploradas, não sem controvérsias, assumiu o inglês como a língua franca do seu tempo e lugar. Com ou sem resistência, o inglês é a língua franca de maior prestígio desses tempos pós-modernos. Contudo, mesmo desfrutando de uma condição de poder jamais alcançada por outra língua natural, o idioma de origem anglo-saxã, dentro de um mosaico de muitas línguas vigorosas, é apenas uma delas. Segundo Ostler (2010, p. xvi), “línguas mundiais são tão antigas quanto os grandes impérios, as rotas globais de comércio e as grandes religiões”⁹. Entretanto, o que há de novo em todo esse processo é muito mais o alcance da língua do que sua condição propriamente dita. Em outras palavras, o inglês se tornou presença comum em quase toda a paisagem linguística deste mundo globalizado e, por conta disso, leva ao escrutínio e debate constantes as consequências que, naturalmente, advêm de tal *status*.

Não há dúvida que chama a atenção o fato de o inglês se estender por praticamente todos os cantos do planeta, assumindo, assim, papel crucial no fluxo de interações entre falantes das mais diversas nacionalidades. Porém, não custa também lembrar que vivenciamos um período em que outras línguas igualmente robustas (espanhol, português,

⁸ *The influences of one language on the other can be creative, enabling and offer possibilities for voice.*

⁹ *World languages are not just a modern phenomenon: they are at least as old as world empires, global trade routes and proselytizing religions.*

árabe, etc.) têm se expandido por espaços geográficos cada vez mais amplos, consolidando seu poder e sua influência por entre povos e culturas. O fenômeno de expansão global da língua inglesa, a depender da filiação e da ótica de quem o está analisando, e em que área, é concebido e alcunhado de várias formas como, por exemplo, inglês como língua franca (ILF), inglês como língua internacional (ILI), inglês como língua global (ILG), inglês mundial (IM), ingleses mundiais (IMs), entre outras nomenclaturas.

Apesar dos distintos, e muitas vezes antagônicos, pontos de vista suscitados pelas diferentes visões e interpretações, pelo menos no âmbito de todas essas elaborações e análises teóricas, fica claro o fato de que a antiga acepção de língua franca há muito foi tragada pela peculiar complexidade que hoje envolve e caracteriza as interações capitaneadas pelo inglês entre falantes de todo o mundo. Ou seja, ao se desafiar construtos que basicamente territorializam e essencializam a língua, atribuindo sua posse a certos grupos e nações (CANAGARAJAH, 2018), entramos em uma era de rupturas que, entre outras coisas, enxerga o inglês na condição de língua franca global como “um processo fluídico, híbrido e de permanente construção de significado” (JORDÃO; MARQUES, 2018, p. 57)¹⁰. Desta forma, emerge em tal contexto um espaço único em que, segundo os autores, precisamos “correr os riscos de viver, pensar, sentir e pesquisar na incerteza, já que é a incerteza que gera novidade, aprendizagem, cooperação” (op. cit., 2018, p. 60)¹¹.

No bojo dessa discussão acadêmico-científica, um dos campos que se consolida, embora adote um termo bastante “contaminado” (língua franca) e, portanto, susceptível a analogias com a concepção tradicional, é exatamente o previamente citado Inglês como Língua Franca. Nas já hoje consolidadas releituras do termo, Seidlhofer (2011, p. 7) concebe o ILF como “qualquer uso do inglês entre falantes de diferentes línguas maternas para quem a língua é o meio de comunicação de escolha e, geralmente, a única opção”¹². Cogo e Dewey (2012, p. 8), por sua vez, definem o ILF como “o uso do inglês em contextos onde o idioma é utilizado como uma língua de contato por falantes de variados

¹⁰ ...a fluid, hybrid and on-going process of meaning-making.

¹¹ (...) we need to take risks by living, thinking, feeling and researching in uncertainty, since it is uncertainty that brings about novelty, learning, cooperation.

¹² ELF [is] any use of English among speakers of different first languages or whom English is the communicative medium of choice, and often the only option.

backgrounds linguísticos que, normalmente, não dispõem de uma outra língua em comum”¹³.

Nestas e em outras definições alinhadas com o paradigma do ILF, entre muitas questões, considera-se a presença do falante nativo na interação com um interlocutor de uma língua materna distinta da sua, deixando-se bastante claro que, nesse diálogo transcultural, as relações de poder devem ser neutralizadas, em especial por conta do papel ativo daqueles usuários que se apropriam da língua e a transformam, mesmo não a tendo como primeira língua (MARQUES, 2018). Como bem nos lembra Nault (2006, p. 316), “os falantes de inglês [em todo mundo] não estão meramente absorvendo e imitando o inglês falado nos centros tradicionais de influência; eles estão ativamente reinterpretando, remodelando e redefinindo a língua, tanto oralmente quanto na escrita”¹⁴.

Sob a égide do empoderamento do usuário, o qual desestabiliza as relações de poder entre os supostos donos da língua, compreendo o ILF como um fenômeno profundamente inter(trans)cultural que, por excelência, se materializa em espaços onde deve predominar o desejo de se explorar e aceitar diferenças na comunicação, relativizar valores e posturas, assim como desenvolver a habilidade de mediar o contato de diferentes grupos em práticas comunicativas (BAKER, 2018). Tal qual Marques (2018, p. 109), acredito também que o ILF emerge de uma perspectiva que compreende língua “como um conjunto de recursos móveis e como repertório, [em que se busca] a criação de espaços de práticas translíngues”, conforme propõe também Canagarajah (2013). Esclarecendo um pouco mais sobre a natureza do ILF, o primeiro autor complementa:

[o termo] dá conta de contextos de uso de LI nos quais, de uma perspectiva funcional, “cada falante usa uma variante linguística que ele ou ela conhece e aplica variadas estratégias comunicativas para alcançar interações bem sucedidas” (FRIEDRICH; MATSUDA, 2010, p. 22). Assim, ao tomar o ILF como função da LI – em detrimento de uma variedade – [este] captura a “natureza dinâmica das escolhas linguísticas situacionais, reconhece a importância de fatores não-linguísticos (uso de estratégias, por exemplo) na comunicação e nos permite estudar o

¹³ (...) *the use of English in settings where it is spoken as a contact language by speakers of varying linguistic backgrounds for whom there is not usually another shared language available.*

¹⁴ *English speakers in the Outer and Expanding Circles are not merely absorbing and parroting the English spoken in traditional centres of influence; they are actively reinterpreting, reshaping and redefining English in oral and written form.*

fenômeno multidimensional e holisticamente” (ibid, p. 22) (MARQUES, 2018, p. 109-110)¹⁵.

Das fases iniciais rumo a seu reconhecimento como um campo de pesquisa produtivo e inovador, os trabalhos de observação e análise do fenômeno ILF, muito influenciados pelo paradigma dos Ingleses Mundiais (*World Englishes*), cujo foco se concentra na descrição e consolidação de variantes nativizadas do inglês, abriram espaço para se alcançar um estágio de maturidade que, segundo Jenkins (2015), avançarão para estudos que, entre outras questões, terão que levar em consideração o caráter cada vez mais multilíngue e multicultural desse inglês que viaja pelo mundo. Essa visão está em consonância com o pensamento de Baird, Baker e Kitazawa (2014, p. 172 apud JENKINS, 2015, p. 51), ao afirmarem que “é muito importante que pesquisadores do ILF reconheçam a necessidade de teorização e reflexão constantes, em especial no tocante à complexidade do [fenômeno]”¹⁶.

Ainda que mantendo o acrônimo ILF por questões práticas, Jenkins (2015) nos fala, portanto, de um inglês como uma multilíngua franca, argumentando que, nessa fase mais recente, “o foco da pesquisa, por consequência, voltou-se para o ILF como prática social, levando para o centro do palco a comunidade ao invés do código” (p. 50)¹⁷. Ou seja, a ênfase na forma cedeu espaço para o interesse em aspectos como diversidade, fluidez e variação, revelados, inclusive a partir de novas ocorrências registradas em *corpora* de ILF construídos ao longo do tempo.

Ao definir o inglês como uma multilíngua franca como a comunicação multilíngue na qual o inglês é a língua de contato escolhida pelos usuários para interagirem entre si, certamente, Jenkins (2015) introduz mais um termo nessa “salada global” de rótulos empregados para se estudar o avanço mundial da língua inglesa. Como bem nos recorda Jordão (2014), muitas implicações emergem a partir da adoção desta ou daquela terminologia, em especial no que diz respeito a aspectos relacionados com questões

¹⁵ Na sua tese de doutorado defendida na UFPR, Marques (2018) discute os termos ILF e ILI, considerados sinônimos no trabalho. Para efeitos deste artigo, o termo ILI foi suprimido sem prejuízo para o conteúdo explicitado.

¹⁶ *It is important for ELF scholars to acknowledge the necessity of continual theorisation and reflection, particularly regarding the complexity of the subject matter.*

¹⁷ *The research focus therefore switched to a view of ELF as social practice with the community rather than the code, at the center of the stage.*

identitárias, sociais, culturais e políticas, nas quais estão inseridos os seus usuários, inclusive os aprendizes. Para a autora, é preciso que sempre nos comportemos criticamente frente aos desdobramentos e às consequências de tais posicionamentos e escolhas (JORDÃO, 2014).

De qualquer sorte, por se tratar de um fenômeno transcultural cada vez mais complexo, capitaneado pelos mais variados *fronts* do atual processo de globalização, nada mais natural que uma tomada de consciência quanto aos inúmeros aspectos daí advindos como, por exemplo, a complicada conexão entre localidade, comunidade de fala e função comunicativa (BLOOMAERT, 2010), só para citar alguns. Em outras palavras, as diferentes acepções atribuídas ao inglês nesses tempos pós-modernos nos levarão por caminhos outrora inimagináveis, em especial, quanto a questionamentos e pressões para a desconstrução de inúmeras premissas calcadas em ideologias etnocentristas, elitistas e, por conseguinte, excludentes.

A globalização dos tempos atuais tem nos mostrado que, dependendo de nossas atitudes e ações, nada no mundo de hoje é (ou será) tão estrangeiro quanto possamos acreditar. No caso do inglês, por exemplo, Jordão (2014, p. 26), com propriedade, nos diz que “a *estrangeiridade* da língua inglesa hoje em dia exige uma revisão do que se entende por “estrangeiro”, “exterior”, “estranho”, “imperialista” e, principalmente, uma reconceituação do que sejam língua e comunicação” (itálico e aspas no original). Nada mais pertinente para os mais diferentes atores envolvidos com ensino, aprendizagem e pesquisa na área.

Nesse sentido, acredito que atitudes e perspectivas críticas se sobrepõem ao termo que decidimos adotar para identificar e, acima de tudo, estudar e conhecer mais profundamente, o processo de avanço global do inglês. Por optar pelo ILF, o qual não vejo jamais como um espaço neutro, mas uma zona transcultural de disputa salutar de poder, altamente politizada e permeada por tensões e desafios constantes, entendo que, como já mencionado, o termo é altamente propenso à alusão a características pregressas que, de certa forma, o distanciam das novas e mais coerentes leituras alinhadas com as implicações da expansão transnacional da língua na contemporaneidade.

Reforço aqui a ideia de considerar o ILF um ambiente transcultural por excelência, tendo em mente os diversos atores que, nas mais variadas interações mundo afora, materializam de maneira contundente nos fluxos transculturais, novas formas de poder, desejo, cultura, resistência, mudança, apropriação e identidade. Como se sabe, transculturação é um fenômeno típico de zonas de contato e, entre algumas definições, refere-se ao modo como “grupos subordinados e marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante”¹⁸ (PRATT, 1992, p. 6 apud PENNYCOOK, 2007, p. 7). Contudo, há uma visão de base latino-americana, a partir do termo *transculturación*, cunhado pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz e que diz respeito a “um processo no qual emerge uma nova realidade, composta e complexa; uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de caracteres, nem mesmo um mosaico, mas um fenômeno novo, original e independente” (GARCÍA; WEI, 2014, p. 21)¹⁹. É, portanto, nessa segunda concepção que enxergo a condição transcultural do ILF, onde revela-se um ambiente de intercâmbios simétricos e de novas práticas “que tornam visíveis a complexidade de trocas linguísticas entre pessoas com diferentes histórias, e que libertam histórias e compreensões que se encontravam sepultadas no interior de identidades linguísticas fixas restringidas pelos estados-nações” (GARCÍA; WEI, 2014, p. 21)²⁰.

Embora me contrapondo frontalmente à ideia de neutralidade em tudo que se refere a língua e linguagem, não me furto em reconhecer a enorme complexidade do fenômeno “inglês língua global”, assim como tento ao menos mostrar àqueles interlocutores mais ferrenhamente atrelados às tradições dos conceitos, que conceitos não são estáticos e nós, usuários, pesquisadores, estudiosos, etc., existimos exatamente para desafiá-los e, conseqüentemente, repensá-los. Por conta disso, reproduzo e endosso as palavras de Jordão (2014), uma vez que, como ela argumenta, assim como ainda há grande resistência em se admitir o caráter colonialista do Inglês como Língua Estrangeira (ILE), e de toda a bilionária indústria de ELI, por outro lado,

¹⁸ (...) *how subordinated or marginal groups select and invent from materials transmitted to them by a dominant [...] culture.*

¹⁹ *A process in which a new reality emerges, compounded and complex; a reality that is not a mechanical agglomeration of characters, not even a mosaic, but a new phenomenon, original e independent.* A definição é de Bronislaw Malinowski e está no prólogo da monumental obra de Ortiz, *Contrapunteo cubano del tabaco e del azúcar* (1940). A tradução para o inglês é de Ofelia García.

²⁰ (...) *that make visible the complexity of complexity of language exchanges among people with different histories, and releases histories and understandings that had been buried within fixed language identities constrained by nation-states.*

há também uma enorme confusão, desinteresse e, por que não, má vontade, por parte de alguns, em tentar abandonar suas velhas trincheiras, e compreender o caráter *neutro* do ILF. Diz-nos a autora:

Considerando também, além da concepção de língua e de comunicação, as funções sociais (políticas, econômicas, culturais) do inglês e as situações de aquisição-aprendizagem dessa língua em relação a essas funções, vemos que pensar no inglês como língua estrangeira (ILE) remete às relações (neo)coloniais que não deixam de existir apenas porque as teorias pós-coloniais as têm exposto incansavelmente. Silenciá-las com o uso de termos *mais neutros* como ILA²¹ ou ILF pode não ser um caminho produtivo para diminuir as diferenças, pois oculta (ou tenta ocultar) questões voltadas à construção do capital cultural associado à língua inglesa em comunidades específicas, assim como mascara (ou tenta mascarar) o consequente posicionamento dos sujeitos reconhecidos como detentores ou não deste capital. A língua e as comunidades que se constroem nela resistem a sistematizações e formalizações rígidas e se ressignificam constantemente (grifo meu) (JORDÃO, 2014, p. 27)²².

Não tenhamos dúvidas de que tais embates não cessarão, em especial porque o contrafluxo de informações que se opõem à visão romântica que propaga a expansão do inglês como algo neutro, inocente e benéfico para a sociedade global ainda carece de uma penetração mais ampla e contundente. Apesar de muito se ter escrito sobre a temática, apesar do entrelaçamento com áreas do conhecimento que nos levam a focar na crítica a certos discursos, a força da tradição, em especial no que concerne os pilares do ELI, continua a exercer grande influência nas concepções e nas práticas que colocam a roda do moinho do inglês para girar planeta afora. Contudo, muito se pode fazer no nível local, buscando-se espaços por onde tais discussões possam penetrar. Aludo aqui, guardadas as devidas proporções, ao trabalho nas brechas, tão bem articulado por Duboc (2018), nas mais diversas frentes relacionadas ao ensino e aprendizagem da língua inglesa em países como o Brasil. Como aponta a autora (2018, p. 176), “cada conteúdo ensinado, qualquer estratégia desenvolvida, qualquer comentário feito pode servir como a brecha que precisamos para desconstruir e descentrar práticas e discursos hegemônicos, assim como emancipar conhecimentos subjugados” (p. 176). Ou seja, ao discutirmos a natureza do ILF, precisamos passar por um processo de descolonização do pensamento, já que, na minha

²¹ Inglês como Língua Adicional.

²² Embora no artigo a autora considere o ILF um termo “mais neutro” frente à profusão de rótulos atribuídos ao fenômeno de expansão global do inglês, o que, de certa forma, se opõe ao ponto de vista que aqui defendo, sua argumentação suscita excelentes reflexões sobre a temática.

visão, o ILF como aqui descrito e concebido, emerge também como um importante espaço de descolonialidade.

ILF COMO ESPAÇO DE DESCOLONIALIDADE

Não é de agora que diversos pesquisadores vêm chamando a atenção para a importância de se discutir o inglês e o ELI, principalmente a partir de uma perspectiva que os relacione a práticas colonialistas. Como aponta Pennycook (1998, p. 2), “o colonialismo produziu formas de pensar, dizer e fazer que se instalaram inclusive nas culturas e nos discursos das nações colonizadas, [e] esses construtos culturais do colonialismo possuem efeitos duradouros até os dias de hoje”²³. Muitos desses construtos, ao longo do tempo, têm permeado e sustentado posturas e orientações no tocante à indústria de ELI que, entre outras coisas, demandam diferentes tipos de compreensão e de resistência (SHIN, 2006).

Historicamente falando, as línguas sempre foram fieis e excelentes companheiras de viagem dos impérios nas suas empreitadas colonialistas e, como aponta Kumaravadivelu (2009), a história da língua inglesa e do ELI demonstra que sua coloração colonial se funda em quatro dimensões inter-relacionadas: acadêmica, linguística, cultural e econômica. De forma resumida, o autor explica cada uma dessas dimensões:

A dimensão *acadêmica* refere-se às formas como os pesquisadores ocidentais promoveram seus próprios interesses, disseminando o conhecimento ocidental e marginalizando o conhecimento local. A dimensão *linguística* mostra como o conhecimento e o uso de línguas locais foram tomados como irrelevantes para o ensino e aprendizagem do inglês como língua adicional. A dimensão *cultural* integra o ensino de inglês ao ensino da cultura ocidental, visando a desenvolver nos aprendizes uma empatia cultural para com a comunidade da língua alvo. (...) A dimensão *econômica* gera empregos e riqueza para a economia dos países [hegemônicos] de língua inglesa através de indústria global de ELI (KUMARAVADIVELU, 2009, p. 12).

Se a breve discussão acima nos mostra claramente que a colonialidade da língua inglesa é inegável e se mantém robustamente representada tanto nas concepções quanto nas práticas disseminadas pelo planeta pela indústria do ELI, nada mais pertinente do que se

²³ *The practice of colonialism produced ways of thinking, saying and doing that permeated back into the cultures and discourses of colonial nations, [and] these cultural constructs of colonialism have lasting effects even today.*

pensar a partir de outras óticas, em especial aquela que venha visibilizar e materializar o que Kumaravadivelu (2016) chamou de ‘a opção descolonial no ensino de língua inglesa’²⁴.

Como aponta Quijano (2007, p. 170), “a colonialidade é ainda a forma mais geral de dominação no mundo nos dias de hoje, uma vez que o colonialismo como uma ordem política explícita foi destruída”²⁵. Mais especificamente, Maldonado-Torres (2007, p. 243) explica que colonialidade “diz respeito a padrões de poder de longa duração que emergiram como resultado do colonialismo, mas que definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e a produção do conhecimento para muito além dos limites restritos dos administradores coloniais”²⁶. Ou seja,

A colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela é mantida viva em livros, nos critérios de performance acadêmica, em padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações do eu e em muitos outros aspectos da nossa experiência moderna. De certa forma, como sujeitos modernos, nós respiramos colonialidade o tempo todo, todos os dias (MALDONALDO-TORRES, 2007, p. 243)²⁷.

Com base nisso, e pensando nas atribuições mais recentes à natureza do ILF, dentre as quais incluo a ideia deste como um espaço de descolonialidade, portanto, não neutro, adepto a práticas translíngues cada vez mais frequentes e legitimadas, em que usuários dos mais diferentes matizes culturais negociam seus falares a partir de seus valores, interesses e repertórios linguísticos, defendo, então, um processo de descolonização de crenças, atitudes, premissas e métodos nos mais diversos níveis, visando, entre outros aspectos, à des(re)construção de discursos e práticas dos profissionais envolvidos diretamente com o ensino do idioma.

Há vários caminhos a serem trilhados, dos mais teórico-ideológicos aos mais práticos. Mas se realmente queremos nos engajar em algum tipo de ruptura com o atual

²⁴ *The decolonial option in English teaching*. O termo “opção descolonial”, emprestado dos estudos de descolonialidade, refere-se a estratégias contra-hegemônicas orientadas para a ação com o objetivo de combater os efeitos onipresentes e duradouros da colonialidade (MIGNOLO, 2010; KUMARAVADIVELU, 2016).

²⁵ *Coloniality is still the most general form of domination in the world today, once colonialism as an explicit political order was destroyed*.

²⁶ *Coloniality (...) refers to long-standing patterns of power that emerged as a result of colonialism, but that define culture, labor, intersubjective relations, and knowledge production well beyond the strict limits of colonial administrators*.

²⁷ *(...) coloniality survives colonialism. It is maintained alive in books, in the criteria for academic performance, in cultural patterns, in common sense, in the self-image of peoples, in aspirations of self, and so many other aspects of our modern experience. In a way, as modern subjects we breathe coloniality all the time and every day*.

estado de coisas, seja dentro e fora da sala de aula de ELI, precisamos, na condição de comunidades falantes de ILF, “descongelar e ativar [nossa] capacidade agentiva latente e lutar para criarmos um conjunto de ações coletivas, coordenadas e coesas”²⁸ (KUMARAVADIVELU, 2016, p. 81). Na verdade, o autor propõe ainda que tais ações sejam baseadas não na lógica da colonialidade, mas numa gramática da descolonialidade²⁹, a qual, na sua visão, “se for útil e aplicável, precisa ser formulada e implementada por atores locais que conheçam bem e que sejam sensíveis às condições locais”³⁰ (p. 81).

E, assim, ao apontar para diversos encaminhamentos que possam levar a uma prática de ELI descolonizada, Kumaravadivelu (2016) sugere um ordenamento que, entre outras questões, deve contemplar ações como, por exemplo, abandonar estudos comparativos sobre quem ensina melhor este ou aquele aspecto da língua, muito comum quando se trata de ensino de pronúncia, por conta de sotaques, conceber estratégias instrucionais específicas de cada contexto, levando em consideração as exigências históricas, políticas, sociais, culturais e educacionais locais, preparar materiais didáticos que respondam às estratégias instrucionais concebidas por profissionais locais, visibilizando o fato de que os livros produzidos nos centros hegemônicos de ELI são instrumentos de propagação dos princípios de métodos gestados nesses espaços, reestruturar programas de educação docente existentes de modo que futuros professores de inglês possam desenvolver conhecimento, habilidade e disposição para se tornarem produtores, e não apenas consumidores, de conhecimento e materiais pedagógicos, engajar-se em pesquisa proativa, não reativa, visando à redução da brutal e exclusiva dependência dos sistemas de conhecimentos dos centros hegemônicos, e assim por diante. De alguma maneira, a proposta aqui delineada por Kumaravadivelu (2016) vai claramente na direção do que Kleiman (2013) defende quando, ao discutir a descolonização do conhecimento, nos fala da importância de uma “virada epistemológica para a periferia e a partir da periferia”

²⁸ (...) *unfreeze and activate [our] latent agentive capacity, and strive to derive a set of concerted, coordinated, and collective actions (...)*

²⁹ A “lógica da colonialidade” pressupõe um controle de autoridade sempre emanado de algum centro hegemônico de poder. Refere-se também à produção, organização e distribuição de conhecimento dentro de termos e condições determinados por forças hegemônicas. Já uma “gramática da descolonialidade”, fundada nas subjetividades do subalterno, sempre negadas ao longo do tempo, seria uma estrutura voltada para planos estratégicos concebidos pelo subalterno a partir de suas próprias experiências que, por sua vez, irão variar de contexto para contexto. Uma gramática da descolonialidade centra-se na premissa de que há outros mundos possíveis que não os dominantes (MIGNOLO, 2010; KUMARAVADIVELU, 2016).

³⁰ (...) *if it is to be useful and useable, has to be formulated and implemented by local players who are knowledgeable about, and sensitive to, local conditions.*

(p. 43), com vistas a garantir, portanto, “a viabilidade [...] de propostas acadêmicas [contra-hegemônicas] na arena da luta epistemológica, seja ela global ou local” (p. 44).

Embora não usando os mesmos termos, mas igualmente propondo uma descolonização do ELI à luz de uma pedagogia crítica, propus no meu trabalho de doutorado (SIQUEIRA, 2008), um perfil de professor de inglês contemporâneo, em especial, não nativo, atuando em espaços de ILF em países como o nosso, que contemplassem inúmeras características que, de uma forma ou de outra, vão ao encontro da proposta de Kumaravadivuelu (2016) e de outros autores que advogam um ensino de inglês cada vez mais orientado para os contextos locais. Sendo assim, indico que, para atender às reais demandas do processo de ensino e aprendizagem de inglês como língua internacional³¹ no atual cenário mundial, precisamos de um(a) professor(a) que:

- “(1) reconheça a dimensão política que essencialmente envolve o ensino de línguas;
- (2) entenda-se como um(a) pedagogo(a) crítico e um falante intercultural de uma língua sem donos;
- (3) domine a língua inglesa sem a preocupação de estar atrelado(a) a um dialeto específico, em especial àquelas variantes de maior prestígio;
- (4) assuma-se como brasileiro(a) falante de uma língua internacional, livre de tutelas culturais e ideológicas e da obrigação de servir de protótipo de falante nativo de inglês;
- (5) procure o quanto antes descobrir as reais necessidades de seus aprendizes e planeje suas aulas não para cumprir a sua própria agenda, mas a do seu aluno;
- (6) prepare-se para assumir uma posição mais ativa na hora de definir como usar materiais alinhados com a cultura de aprendizado local e com a pedagogia de ILI apropriada;
- (7) seja autônomo(a) o bastante para desafiar de maneira sensata, embasada e criativa cânones ideológicos e metodológicos que permanecem praticamente intocáveis ao longo de décadas de ensino de LE, sobretudo de língua inglesa;
- (8) compreenda que ensinar cultura não é promover e divulgar fatos e informações isolados da cultura alvo e/ou passar adiante valores e comportamentos de uma determinada sociedade sem a devida análise crítica;
- (9) seja capaz de analisar criticamente o conteúdo dos livros didáticos produzidos sob a égide das grandes editoras mundiais, promovendo adaptações e mudanças adequadas a sua realidade e dos seus alunos, afastando-se o máximo do chamado ‘mundo plástico’ do livro didático;
- (10) promova suas discussões, simulações, e até suas alucinações, na sala de aula a partir de temas e situações reais, descartando a ideia de transformar a sala de aula numa ‘ilha da fantasia’, estratégia tão comum nos programas dos livros didáticos de inglês;

³¹ No período do trabalho, o termo ILF estava ainda muito incipiente, portanto, fiz uso do termo ILI, o que, como já demonstrado em outros momentos, sempre os usei como sinônimos.

- (11) questione teorias de ensino e aprendizagem de língua de caráter universalizante;
- (12) atreva-se a desafiar autores de livros consagrados, demonstrando que sua realidade é única e, como tal, não pode se moldar cegamente às realidades quase sempre distantes e, muitas vezes, excludentes, perpetradas pelos materiais didáticos;
- (13) desafie sua zona de conforto, promova pequenas revoluções, estimule mudanças que possam desestabilizar situações tácitas de fracasso, descompromisso, desinteresse, afetando positivamente a mentalidade, a visão e, em consequência, o comportamento das pessoas, sejam elas superiores como, por exemplo, diretores e coordenadores, colegas professores e, em última instância, os próprios aprendizes;
- (14) reforce e preserve tanto a sua identidade quanto a de seus aprendizes;
- (15) não se deixe atrair por pacotes de novidades metodológicas requentadas;
- (16) se envolva o máximo que puder com todas as implicações relacionadas ao inglês como LI, atente para seus aspectos primários e secundários e reflita de maneira ativa sobre todas as questões que deles advêm, relacionando-as a suas experiências, suas crenças e seus contextos de atuação;
- (17) assuma, quando possível, e sem desprezar as opções existentes, que o melhor método é o ‘seu’ método, o melhor currículo é o ‘seu’ currículo e que o inglês que você tem que ensinar é o ‘seu’ inglês;
- (18) enfatize e trabalhe o caráter emancipatório do inglês como língua do mundo” (SIQUEIRA, 2008, p. 320-325).

A lista de possíveis características é mais extensa e, não tenho dúvidas, há de renovar-se com maior frequência, já que o atual cenário mundial imprime nos profissionais de ELI de todas as partes do globo demandas cada vez mais complexas. Não é à toa que, atento a tais questões, Canagarajah (2014) se põe à busca de um novo paradigma para o ensino de inglês como língua internacional, argumentando que as mudanças radicais na forma como a língua é vista no contexto mundial de hoje em dia, em especial por conta do crescimento exponencial do número de falantes multilíngues, colocam professores numa situação bastante incômoda pelo fato de “desfiarem muitas das acepções que têm motivado nossa prática de ensino”³² (p. 768). E este, para mim, ao contrário do que se possa imaginar, é um cenário muito atraente, onde verdades absolutas são contestadas, crenças, valores e atitudes são postas à prova, modelos hegemônicos passam por frequentes escrutínios críticos, profissionais de ELI questionam suas práticas e se reinventam, entre outros aspectos. Este é o verdadeiro espaço transcultural de poder que, na minha ótica, as

³² (...) *challenge many of the assumptions that have motivated our teaching practice.*

interações globais em ILF fomentam. É o espaço onde uma língua materializa-se em múltiplas zonas de contato de forma cada vez mais colaborativa, criativa e libertária.

PALAVRAS CONCLUSIVAS

Neste artigo, procurei demonstrar que a existência de línguas francas no planeta terra é um fenômeno recorrente com o qual parte significativa de suas sociedades está bastante acostumada. Tomando como base os atuais estudos e novas releituras sobre a expansão do inglês como língua franca global e suas mais variadas implicações, busquei problematizar a noção pregressa de língua franca que, basicamente, considera qualquer língua veicular entre povos uma língua simplificada que opera em espaços neutros, atemporais e desculturalizados. Essa visão, certamente, finca raízes no passado e opta por ignorar, por exemplo, concepções como o ILF que tomam o inglês como uma função, considerando, portanto, a efemeridade de sua comunicação e a necessidade de reconstruções constantes, assim como, mais recentemente, enfatiza a importância dos recursos utilizados por falantes multilíngues nas interações a partir dos mais ricos e variados repertórios linguístico-culturais que, como nos lembra Canagarajah (2014), são emprestados, mesclados e reconstruídos à medida que são utilizados para atender necessidades comunicativas cotidianas. Ou seja, ao sinalizar o desejo de “[não incluir] situações nas quais o inglês é tratado nos limites de territórios nacionais (seja como primeira língua, língua oficial, segunda língua ou língua adicional)”, conforme assinala Gimenez (2015, p. 75), o ILF aponta para caminhos que, de uma forma ou de outra, desestabilizam toda uma cadeia de crenças, ideias, posturas e princípios emanados dos chamados centros hegemônicos, assim como, desmascaram um estado de coisas que, tradicionalmente, ainda vive e se alimenta da poderosa colonialidade da língua inglesa.

Certamente, tal cenário desafia um *status quo* geral, e com suas implicações político-pedagógicas, pressionam, em especial, o ELI. Vivemos tempos de rompimentos de fronteiras, de negociação de poder e imprevisibilidades. Na minha ótica, nesse pormenor, a rota “centro-periferia”, exatamente por conta da expansão da língua inglesa pelo mundo, vem, a cada dia, se vendo forçada a operar em outras bases de poder. Um exemplo disso é o destronamento do falante nativo que, mesmo a contragosto de muitos, foi destituído de sua aura de divindade e hoje habita o espaço dos mortais, ou seja, está nivelado no seu *status a*

qualquer usuário de inglês de qualquer parte do mundo. Incertezas são nossas companheiras, modelos prontos não mais nos interessam, binarismos são coisa do passado. Estamos interessados em enriquecer nossas aulas de inglês, não a partir da separação de códigos, em que o ‘código alvo’ precisa ser “inventado” distante e sem a “má influência” do ‘código nativo’. O translinguismo, seja universal ou de sala de aula (GARCÍA; WEI, 2014; MOORE, 2017), irrompeu nossas práticas pedagógicas adentro, assim como a educação de professores de língua inglesa, em muitos contextos considerados periféricos, vem defendendo, cada vez mais, a descolonização do conhecimento, ou como prefere Kumaravadivelu (2016), uma ruptura epistemológica, por parte dos subalternos, que haverá, sem sombra de dúvidas, de desembocar no enfretamento sistemático dos efeitos duradouros da colonialidade, ainda tão presentes em nosso meio.

Enfim, língua franca não é zona franca; é espaço transcultural de poder. A condição de língua franca global do inglês tem nos oferecido uma oportunidade única nas mais diversas searas, incluindo a ideológica, de desconstruirmos certas noções que não mais explicam fenômenos como o ILF, por exemplo. Adotando visão diferente e um termo distinto, o previamente mencionado Inglês Mundial (*World English*), para discutir a expansão do inglês nos dias de hoje, Rajagopalan (2004) nos lembra que, ao se espalhar como incêndio florestal por todos os cantos do planeta, o inglês se revela uma salada de dialetos, repertórios e sotaques em um jogo onde praticamente não há regras. “Caso haja alguma”, nos diz o autor, “elas são constantemente revisadas ou reinventadas mesmo com o jogo em andamento” (p. 115)³³. Assim, pensando exatamente no ensino da língua, nada mais pertinente quando ele nos alerta que práticas de ELI por muito tempo consolidadas precisam ser drasticamente revistas, uma vez que, “grande parte delas se veem ameaçadas pela possibilidade de serem consideradas obsoletas pela simples razão de que já não mais se adequam a algumas das características mais significativas [do fenômeno]” (RAJAGOPALAN, 2004, p. 114)³⁴.

Como se vê, são muitos os desafios que se apresentam ao falarmos e refletirmos sobre uma língua sem donos, uma língua de todos, como o inglês na atualidade. Contudo,

³³ (...) *where there are no real rules of the game; if anything, the rules are constantly being revised or reinvented even as the game progresses.*

³⁴ (...) *a good deal of our taken-for-granted ELT practices have been threatened with the prospect of being declared obsolete for the simple reason that they do not take into account some of the most significant characteristics of [the phenomenon].*

para nossa sorte, podemos nos mirar na sabedoria daqueles que, em tempos passados e pouco alvissareiros, experimentaram o contato com a língua inglesa em situações bastante adversas, como de imposição, repressão e apagamento de línguas autóctones. Nesse pormenor, vale a eternidade das palavras do eminente escritor nigeriano Chinua Achebe, quando ele afirma que “o inglês será capaz de carregar o peso de minha experiência africana... Mas terá que ser um novo inglês, ainda atrelado a sua ancestralidade, porém modificado para moldar-se aos seus novos contornos africanos”³⁵ (ACHEBE, 1975, p. 65). Portanto, nada mais inspirador para nos estimular a também pensar no peso da experiência que cada um de nós haverá de trazer para esse espaço transcultural de poder chamado inglês como língua franca. E o jogo está só no começo.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. The African writer and the English Language. In: OKPEWHO, I. (Ed.). *Chinua Achebe's Things Fall Apart: A Casebook*. New York: Oxford University Press, 1975, p. 55-65.
- BAGNO, M. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p. 47-83.
- BAIRD, R.; BAKER, W.; KITAZAWA, M. The complexity of ELF. *Journal of English as a Lingua Franca*, Vol. 3, No. 1, p. 171-196, 2014.
- BAKER, W. English as a lingua franca and intercultural communication. In: JENKINS, J.; BAKER, W.; DEWEY, M. (Ed.). *The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca*. Abingdon, UK: Routledge, 2018, p. 25-36. .
- BLOOMAERT, J. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CANAGARAJAH, S. *Translingual practice: Global Englishes and cosmopolitan relations*. London/New York: Routledge, 2013.
- CANAGARAJAH, S. In search of a new paradigm for teaching English as an international language. *Tesol Journal*, Vol. 5, No. 1, p. 767-789, 2014.
- CANAGARAJAH, S. Translingual practice as spatial repertoires: Expanding the paradigm beyond structuralist orientations. *Applied Linguistics*, Vol. 39, No. 1, p. 31-54, 2018.
- CHRISTIANSEN, T. The rise of English as the global lingua franca: Is the world heading towards greater monolingualism or new forms of plurilingualism? *Lingue e Linguaggi*, No. 15, 2015, p. 129-154.
- COGO, A. English as a lingua franca: Descriptions, Domains and Applications. In: BOWLES, H.; COGO, A. (Eds.). *International perspectives on English as a lingua franca: pedagogical insights*. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 1-12.

³⁵ (...) *the English language will be able to carry the weight of my African experience... But it will have to be a new English, still in communion with its ancestral home but altered to suit its new African surroundings.*

- COGO, A.; DEWEY, M. *Analysing English as a lingua franca*. London/New York: Continuum, 2012.
- COUTO, M. *E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DUBOC, A. P. M. The ELF teacher education: Contributions from postmodern studies. In: GIMENEZ, T.; EL KADRI, M. S.; CALVO, L. C. S. (Ed.). *English as a Lingua Franca in teacher education: A Brazilian perspective*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018, p. 159-187.
- ECO, H. *A busca da língua perfeita*. Trad. Antonio Angonese. 2a. Ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- FRIEDRICH, P.; MATSUDA, A. When five words are not enough: A conceptual and terminological discussion of English as a lingua franca. *International Multilingual Research Journal*, No. 4, p. 20-30, 2010.
- GARCÍA, O.; WEI, L. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- GIMENEZ, T. Renomeando o inglês e formando professores de uma língua global. *Estudos Linguísticos e Literários*, Vol. 52, p. 73-93, ago-dez 2015.
- JENKINS, J. Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca. *Englishes in Practice*, Vol. 2, No. 3, p. 49-85, 2015.
- JORDÃO, C. ILA – ILF – ILE – ILG: Quem dá conta? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, Vol. 14, No. 1, p. 13-40, 2014.
- JORDÃO, C. M.; MARQUES, A. M. English as a lingua franca and critical literacy in teacher education. In: GIMENEZ, T.; EL KADRI, M. S.; CALVO, L. C. S. (Ed.). *English as a Lingua Franca in teacher education: A Brazilian perspective*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018, p. 53-68.
- KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPRES, L. P. da. (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 39-58.
- KUMARAVADIVELU, B. Dangerous liaison: Globalization, Empire and TESOL. In: EDGE, J. (Ed.). (Re)Locating TESOL in an age of empire. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 1-26.
- KUMARAVADIVELU, B. The decolonial option in English teaching: Can the subaltern act? *TESOL Quarterly*, Vol. 50, No. 1, p. 66-85, 2016.
- MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being. *Cultural Studies*, Vol. 21, No.2-3, p. 240-270, 2007.
- MARQUES, A. N. *Práticas translíngues e colaborativas em um curso de inglês*. Tese de Doutorado (não publicada), Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba (PR), 2018.
- MAURANEN, A. Conceptualising ELF. In: JENKINS, J.; BAKER, W.; DEWEY, M. (Ed.). *The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca*. Abingdon, UK: Routledge, 2018, p. 7-24.
- MIGNOLO, W. D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. In: MIGNOLO, W. D.; ESCOBAR, A. (Ed.). *Globalization and the decolonial option*. London/New York: Routledge, 2010, p. 301-368.
- MIGNOLO, W. D. Decolonizing western epistemology/building decolonial epistemologies. In: ISASI-DAZ, A. M.; MENDIETA, E. (Ed.). *Decolonizing Epistemologies: Latina/o Theology and Philosophy*. United States: Fordham University Press, 2011, p. 19-43.
- MOORE, P. Becoming bilingual in the ELF classroom. *ELT Journal*, Vol. 72, No. 2, p. 131-140, 2017.

- NAULT, D. Going global: Rethinking culture teaching in ELT contexts. *Language, Culture and Curriculum*, Vol. 19, No. 3, p. 314-328, 2006.
- OSTLER, N. *The last lingua franca: English until the return of Babel*. New York: Walker & Company, 2010.
- PENNYCOOK, A. *English and the discourses of colonialism*. London/New York: Routledge, 1998.
- PENNYCOOK, A. *Global Englishes and transcultural flows*. London/New York: Routledge, 2007.
- QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, Vol. 21, No. 2-3, p. 168-178, 2007.
- RAJAGOPALAN, K. The concept of 'World English' and its implications for ELT. *ELT Journal* Vol. 58, No. 2, p. 111-117, April 2004.
- RAJAGOPALAN, K. 'World English' or 'World Englishes'? Does it make any difference? *International Journal of Applied Linguistics*, Vol. 22, No. 3, p. 374-391, 2012.
- SEIDLHOFER, B. *Understanding English as a lingua franca*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SHIN, H. Rethinking TESOL from a SOL's perspective: Indigenous epistemology and decolonizing praxis in TESOL. *Critical Inquiry in Language Studies*, Vol. 3, No. 2\3, p.147-167, 2006.
- SIQUEIRA, D. S. P. *Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica*. Tese de Doutorado (não publicada), Universidade Federal da Bahia, Programa em Letras e Linguística, Salvador (BA), 2008.
- WEI, L. New Chinglish and the post-multilingualism challenge: Translanguaging ELF in China. *Journal of English as a Lingua Franca*, Vol. 5, No. 1, p. 1-25, 2016.
- WIDDOWSON, H. G. The Ownership of English. *TESOL Quarterly*, Vol. 28, No. 2, p. 377-389, 1994.

Data de recebimento: 17/08/2018

Data de aprovação: 03/12/2018